

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM PANORAMA HISTÓRICO DE 1930 A 2015

PUBLIC POLICIES FOR YOUTH AND ADULT EDUCATION: AN OVERVIEW HISTORY FROM 1930 TO 2015

Audrey Cristina Rossi ¹

Data de entrega dos originais à redação em: 30/03/2016 e recebido para diagramação em: 11/06/2016.

No Brasil, devido a introdução do ensino primário, obrigatório e gratuito, por meio da Constituição Federal de 1934, inicia-se a educação de jovens e adultos, no ano de 1940, em que era oferecido apenas o ensino primário. No final da década de 50 e começo dos anos 60, a dificuldade da educação de jovens e adultos traz a Pedagogia de Paulo Freire, seu método de ensino e estratégias para sanar os problemas de aprendizagem. O golpe militar de 1964, no qual o presidente João Goulart, foi deposto, ocasionou o exílio de Paulo Freire e a extinção de seu método de ensino. Criou-se o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), voltado à alfabetização de adultos em substituição à pedagogia de Freire. No entanto, o MOBRAL aconteceu de acordo com a nova política no país, a qual era governada por militares. Esse Movimento foi criado no ano de 1967 e encerrou suas atividades no ano de 1985, com o fim do militarismo. Após a extinção do MOBRAL, foi criado outro tipo de educação de adultos, nomeada Fundação Educar, abolida no ano de 1990, pelo presidente Collor. Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é assumida como política pública e é norteada pelo princípio da gestão democrática; destina-se aos jovens e adultos que não concluíram os estudos na idade esperada, no ensino fundamental e médio.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação de Jovens e Adultos. Trajetória da Educação.

The historical overview of public policies in Brazil, in relation to adult education, enables to interpret the educational trajectory of the past so that we can think about improving the current education. The problem question of this research is the study and research on the history of youth and adult education across the public policies in Brazil. The objective of this article is to explain those policies from 1930 to 2015, addressed to understand the previous public policies, its advances and setbacks. The choice of this theme is justified by the need for greater knowledge in the interpretation of adult education over the years. The methodology for achieving the objectives consists of: official documents and studies on adult education through legislation, printed and online books, printed and online magazines, scientific articles, research books and websites on the subject. Today, the Youth and Adult Education (EJA) is assumed as a public policy and is guided by the principle of democratic management; it is intended for young people and adults who have not completed the studies, at the expected age, in elementary and secondary education.

Keywords: Public Policies. Youth and Adult Education. Trajectory of Education.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo estuda a educação de jovens e adultos no Brasil desde a década de 30 ao ano de 2015, com o objetivo de fazer uma exposição do histórico das políticas públicas direcionadas à educação em questão, tendo como foco a trajetória, na qual a educação de jovens e adultos mostra avanços e retrocessos. Problemática: - estudo sobre a trajetória da educação de jovens e adultos frente às políticas públicas no Brasil. Justifica-se a escolha do tema a necessidade de maior conhecimento na interpretação e no aspecto histórico da educação de jovens e adultos ao longo destes anos.

No presente trabalho é proposta uma divisão histórica em três períodos. No primeiro estuda-se a educação de adultos da Era Vargas a João Goulart; no segundo período, o Governo Militar e o MOBRAL e no terceiro período, a redemocratização aos nossos dias. Esta pesquisa é de caráter bibliográfico e exploratório, com suporte nos vinte e um autores estudados, além de estudos realizados pelo MEC (1996) e UNESCO (1998).

Para elaboração deste artigo explora-se a educação de jovens e adultos a partir da Constituição Federal do ano de 1934 e através da ótica dos teóricos, desde o ano de

1983 até o ano de 2015. O material de pesquisa consta de: livros impressos e online, revistas impressas e online, artigos científicos, cadernos de pesquisas, sites sobre o tema em questão, assim como documentos, tais como, a Declaração de Salamanca, e a legislação brasileira a partir do ano de 1934. A metodologia está de acordo com os estudos bibliográficos pretendidos para a confecção deste artigo, através de livros impressos e online, artigos científicos, a legislação brasileira e as políticas públicas. A pesquisa qualitativa foi realizada através de revisão bibliográfica, a qual utilizou o método dialético, pois é uma interpretação dinâmica da realidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A educação de jovens e adultos da Era Vargas a João Goulart

Na década de 1930, reconheceu-se a educação de jovens como um direito. A Constituição Federal de 1934 decretou a gratuidade e obrigatoriedade do ensino para todos. Para Souza e Santana (2010), no enunciado alusivo à família, educação e cultura, a Constituição de 1934 instituiu o princípio do ensino primário gratuito e a obrigatoriedade da frequência. No ano de 1920, o índice de analfabetos, no Brasil era de 69,9%. Esse índice, no ano de 1940, caiu para

1 - Supervisora Escolar – SESI, em São Paulo. Pedagoga com Especialização em Psicopedagogia. Pós-Graduando em Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, do IFSP – Campus SP. < audrey_rossi@hotmail.com >.

56,2%. Observa-se que houve um decréscimo do número de analfabetos no Brasil. O tema da política educacional no ano de 1940 constou na educação de jovens e adultos, somente no ensino primário (ZANETTI, 1999).

Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 110) “Foi somente ao final da década de 1940 que a educação de adultos veio a se firmar como um problema de política nacional, mas as condições para que isso viesse a ocorrer foram sendo instaladas já no período anterior”. Na Constituição Federal de 1934, havia o Plano Nacional de Educação, este deveria incluir “o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória” com extensão para os adultos, porém não aconteceu, embora a educação de jovens e adultos estivesse incluída na lei pela primeira vez.

Depois da ditadura Vargas necessitava-se com urgência aumentar a quantidade de eleitores no país para amparar e manter a segurança da presidência da época, desenvolver a produção e fazer com que os imigrantes recentes tornassem parte do povo brasileiro. No ano de 1947 lançou-se a Campanha de Educação de Adultos com a pretensão de alfabetização em três meses, com o acréscimo de sete meses para a conclusão do curso primário. Essa ação deveria ser extensiva abrangendo a massa popular nacional. Consolidou-se a identidade da educação de adultos. Ainda em Ribeiro (2001, p. 20) “Num curto período de tempo, foram criadas várias escolas supletivas, mobilizando esforços das diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. O clima de entusiasmo começou a diminuir na década de 50; [...]”. Porém a ação educativa de adultos não atingiu seus objetivos na zona rural e acabou antes do fim da década de 50 (RIBEIRO, 2001).

Segundo Matias (2014, p. 5) “No final da década de 50 e início da década de 60, constata-se a emergência de uma nova perspectiva na educação brasileira fundamentada nas ideias e experiências desenvolvidas por Paulo Freire”. O pernambucano Paulo Freire preocupava-se com a Educação no Brasil e acreditava que esta deveria ser vista e realizada com o propósito de possibilidade de transformação da vida. Para ele, o ensinar deveria ir muito além da codificação e decodificação de sons e letras e as operações fundamentais da Matemática; a educação era o passaporte para a busca de uma vida mais digna e melhor. Paulo Freire criou um método de Alfabetização de Adultos que além da leitura e escrita, ensinava o povo a “pensar” (BRANDÃO, 1986).

Paulo Freire “[...] idealizou e vivenciou uma pedagogia voltada para as demandas e necessidades das camadas populares, [...]. Esta perspectiva fundamenta a educação de jovens e adultos a partir de princípios da educação popular”. O educador Paulo Freire observou e vivenciou a realidade da alfabetização de jovens e adultos e fundamentou uma pedagogia voltada às necessidades dessa clientela, para uma educação funcional (MATIAS, p. 5, 2014).

O conjunto das ações culturais, políticas e sociais criou várias modalidades educacionais. Destacam-se nesse período, de acordo com Zanetti (1999): o MEB (Movimento de Educação de Base), o qual foi desenvolvido pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e pelos CPCs (Centros Populares de Cultura), desenvolvidos pela União Nacional dos Estudantes (UNE). O Plano Nacional de Alfabetização (PNA) executado pelo governo federal tinha a finalidade de alfabetizar em todo

o Brasil, jovens e adultos. Paulo Freire foi o coordenador desse Plano.

Experiências de educação e cultura popular passaram a questionar a ordem capitalista, fomentando a articulação das organizações e movimentos sociais em torno das Reformas de Base, conduzidas pelo, então, governo João Goulart. Conforme afirma Paiva (1983, p. 259) “Difundindo novas ideias sociais, tais programas poderiam tornar o processo político incontrolável por parte dos tradicionais detentores do poder e a ampliação dos mesmos poderia até provocar uma reação popular importante a qualquer tentativa mais tardia de golpe das forças conservadoras”. Os grupos da direita estavam preocupados em não conseguir mais eleitores para seus futuros mandatos, visto que os programas de alfabetização de adultos aumentavam consideravelmente e prometiam preparar os indivíduos para a autonomia. A organização política percebeu a ameaça causada pela instrução funcional do povo, e resolveu modificar o tipo de educação causadora do crescimento intelectual e cultural do mesmo, motivando a perda da manipulação popular pela política limitadora da organização estatal.

2.2 O Governo Militar e o MOBRAL

O golpe militar que aconteceu no Brasil no ano de 1964, extinguiu conhecimentos na área da educação. O governo militar e ditador instituiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) após três anos do golpe. A intenção do governo era restringir a educação com a probabilidade de torna-la normativa, de acordo com as suas decisões. A proposta pedagógica desse novo projeto de ensino preocupava-se com o capitalismo em sua produção e consumo. Portanto, fortalecia somente o ajuste entre a indústria e a cidade, negligenciando a migração da zona rural para a cidade, sendo esta muito intensa nessa época (SAUNER, 2002).

O Movimento Brasileiro de Alfabetização foi criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, como Fundação MOBRL, e constituía-se, segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 114) em “fruto do trabalho realizado por um grupo interministerial, que buscou uma alternativa ao trabalho da Cruzada ABC, programa de maior extensão apoiado pelo Estado, em função das críticas que vinha recebendo”.

Dois anos depois da criação do MOBRL, a proposta inicial da fundação do mesmo, sofreu alterações influenciadas pelo fortalecimento do regime militar e afasta-se gradativamente do ideal inicial do projeto, o qual era voltado às necessidades básicas do aluno. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 114), o MOBRL “passou a se configurar como um programa que, por um lado, atendesse aos objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar e, por outro, atendesse aos objetivos políticos dos governos militares”.

De acordo com Zanetti (1999), dos quarenta milhões de pessoas que frequentaram o MOBRL, no período de 15 anos do Movimento, apenas uma parcela mínima conseguiu se alfabetizar. Essa parcela corresponde a, somente, 10% dos alunos matriculados. De acordo com Haddad (1992), Zanetti, (1999), a miséria social brasileira produz maior demanda por educação de jovens e adultos, que o próprio desenvolvimento da nação.

2.3 Da redemocratização aos nossos dias

Na lei 5692/71 da LBD, em Pereira (2008, p. 4) “a primeira tentativa de articular sistematicamente as experiências de Educação de Adultos e Ensino Fundamental e Médio. [...] o ensino supletivo ganhou um capítulo próprio (Capítulo IV) com cinco artigos”. No entanto, a referida lei foi revogada pela Lei 9394/96, publicada em 20 de dezembro de 1996, a qual possibilita que jovens e adultos frequentem o ensino regularmente.

De acordo com os estudos de Cruz, Gonçalves e Oliveira (2012), a LDB de 1971 reconhecia a educação de adultos como direito de cidadania. Apenas no ano de 1974, implantou-se o Centro de Estudos Supletivos (CES), o qual oferecia ao aluno a obtenção de um certificado rápido, no entanto, superficial. Nessa modalidade de ensino constava, exclusivamente, o ensino técnico.

Ainda de acordo com os mesmos autores (2012, p. 2) “A década de 80 foi marcada pelo desenvolvimento de projetos e pesquisas na área da alfabetização de adultos. Em 1988, a Constituição passou a garantir o Ensino Fundamental, gratuito e obrigatório para todos”.

Segundo estudos de Cruz, Gonçalves e Oliveira (2012) a importância da EJA passou a ser reconhecida em vários países devido às conferências organizadas pela UNESCO, nos anos 1990. A partir de então, surgiu no Brasil uma mobilização nacional no sentido de diagnosticar metas e ações da EJA. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) garante igualdade de acesso e permanência na escola e ensino de qualidade, além da valorização da experiência extraescolar. Garante, ainda, Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso a ele na idade própria. O ensino ganhou um sentido mais amplo, preparar e inserir ou reinserir o aluno no mercado de trabalho.

Dois importantes movimentos internacionais aconteceram na década de 90, no contexto educacional: na cidade de Jomtien, Tailândia, no ano de 1990, e em Salamanca, Espanha, no ano de 1994. Do primeiro movimento surgiu a Declaração Mundial de Educação para Todos e do segundo movimento resultou a Declaração de Salamanca. Segundo Carvalho (2010, p. 155), “[...] a Declaração Mundial de Educação para Todos [...] uma série de recomendações voltadas à melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, para qualquer aluno, sem discriminações”. Ainda em Carvalho (2010, p. 156), “[...] a declaração de Salamanca [...] reitera as recomendações de Jomtien e enfatiza a urgência de atendermos às necessidades de nossos alunos, evitando-se todas as práticas discriminatórias e excludentes”.

Carvalho (2010) enfatiza que todos os educadores deveriam ler e debater sobre as duas declarações para não se apegarem à falsa ideia de que a Declaração de Salamanca trata da inclusão de alunos deficientes ao ensino e a Declaração de Jomtien trata dos alunos do ensino regular.

Ainda de acordo com o mesmo autor (2010, p. 156) ambas as declarações têm os mesmos objetivos: “formar cidadãos plenos, contributivos à sua coletividade e que sejam felizes”. As duas Declarações têm a pretensão de formar cidadãos participativos da/na sociedade em todos os sentidos, além de ler, contar e escrever.

Para Silva (2013, p. 1) “a educação de jovens e adultos está regulamentada pela resolução nº01/2000 CNE,

parecer 11/2000 CNE/MT, e pela resolução nº180/2000 CEE/MT, onde garante, entre outros, o ensino a todos os cidadãos que não tiveram oportunidade de estudar em idade adequada”.

A sociedade brasileira percebeu a necessidade de se criar escolas para jovens e adultos, os quais não puderam concluir seus estudos, ou mesmo não tiveram oportunidade de acesso às escolas regulares. Para Haddad (2007, p. 3) “A EJA é uma conquista da sociedade brasileira. O seu reconhecimento como um direito humano veio se dando de maneira gradativa ao longo do século passado, atingindo sua plenitude na Constituição de 1988 [...]”. Os fatos históricos anteriores à Constituição de 1988 restringiram a efetivação dos direitos acima citados.

Segundo Haddad (2007, p. 3, rodapé) “Uma das medidas adotadas em março de 1990, logo no começo do seu governo, foi a extinção da Fundação Educar que cuidava da EJA, particularmente da alfabetização de adultos”. Ainda de acordo com o mesmo autor (2007, p. 3) “[...] foi suprimido o mecanismo que facultava às pessoas jurídicas direcionar voluntariamente 2% do valor do imposto de renda devido às atividades de alfabetização de adultos”. Esse fato contribuiu para a diminuição das verbas direcionadas à educação de jovens e adultos. A Educação de Jovens e Adultos foi prejudicada na década de 1990, sendo as causas principais: o neoliberalismo e as privatizações do setor público para o setor privado e a valorização do Ensino Fundamental compreendendo as crianças dos sete aos 14 anos de idade.

No governo de Fernando Collor de Mello surgiu o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) com o objetivo de reduzir o índice de analfabetismo em 70%, em um período de cinco anos. Porém, esse programa durou menos de um ano.

Itamar Franco assumiu o governo no ano de 1993, após o impeachment de Fernando Collor de Melo. Esse novo governo elaborou o Plano Nacional de Educação, depois da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien na Tailândia. A meta desse Plano visava à progressão continuada para pessoas jovens e adultas pouco escolarizadas e para analfabetos, no ensino fundamental (HADDAD & DI PIERRO, 2000).

Segundo Silva (2011, p. 3) com a “[...] gestão do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. [...] as ações para EJA limitaram-se à Alfabetização Solidária e à exclusão da modalidade no Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF, [...]”. Esse procedimento, contribuiu para o enfraquecimento da EJA.

Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo no ano de 1994. Ele não executou as metas estabelecidas para a educação de jovens e adultos, elaboradas no governo de Itamar Franco. No entanto, aprovou a emenda 14/96 suprimindo o compromisso da sociedade de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental até 1998. Esse ato do governo desobrigou-o de aplicar para essa finalidade a metade dos recursos vinculados à educação. Em contrapartida, priorizou o ensino para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, apesar da exigência em grande escala de escolarização para que jovens e adultos ingressassem e permanecessem no mercado de trabalho (HADDAD, 2007).

Para Sampaio (2009, p.16), “A marca da história da EJA é a marca da relação de domínio e humilhação estabelecida

historicamente entre a elite e as classes populares no Brasil, [...]”. O domínio da elite e a submissão das classes populares brasileiras ocasionou abismo entre elas. A elite sempre teve a possibilidade de frequentar a escola, enquanto a outra classe, menos favorecida, não tinha acesso aos estudos ou não conseguia dar continuidade a eles. Os indivíduos pertencentes às classes populares internalizaram a certeza de que não havia motivos para a frequência nas escolas, pois eles sentiam-se incapazes e percebiam a desigualdade entre as classes. Portanto, aceitavam seus destinos, desligando-se das vias que levam à aprendizagem e a uma cultura diferenciada. Dessa forma, os políticos e a elite brasileira marcaram a classe popular com preconceitos, relativos à inferioridade da mesma, os quais persistem até hoje. Esses preconceitos visam o adulto analfabeto em desigualdade de classes.

De acordo com Gomes (2004), a Declaração de Hamburgo foi assinada em julho de 1997, na V Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos (CONFITEA) e, determina que a Educação de Jovens e Adultos tenha a finalidade de contribuir para a autonomia do aluno, possibilitando-lhe a aceitação das modificações em todos os setores da sociedade, e ao mesmo tempo participar com criatividade e crítica para adequar-se às mudanças com possível crescimento, enfrentando os desafios no percurso da vida.

De acordo com Rummert e Ventura (2007, p. 1) “O período compreendido entre 2003 e 2006, referente ao primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, traz para a EJA um maior destaque do que o obtido nos governos anteriores da Nova República”. A EJA aumentou suas ações em relação à Educação de Jovens e Adultos, implantando o Programa Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos (PBA) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem); a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e o Fundeb. No entanto, as ações ainda estão centradas nas políticas, as quais focam o fragmento das ações e, também, são fragmentadoras da sociedade como um todo. Portanto, são falsas as proposições indicadas quanto ao crescimento da EJA.

A Resolução nº 3, de 15/06/2010 determina a duração dos cursos da EJA, e a idade mínima para que os alunos ingressem nos cursos e recebam certificados. Investimentos são destinados à EJA, com vistas à melhoria dessa modalidade de ensino, como por exemplo, a realização do V Seminário Nacional no período de 13 a 15/05/2015. Outro investimento está relacionado à Educação Profissional dos alunos da EJA, conforme a meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem como meta até 2020 o oferecimento de 25% das matrículas da EJA a esta modalidade de ensino.

O número de jovens e adultos na rede pública, de acordo com dados do Ministério da Educação (2012), caiu 17,2% entre os anos de 2009 a 2012. Esses dados revelam que no ano de 2009, havia 39,1 milhões de alunos estudantes da EJA e no ano de 2012, houve um decréscimo de alunos para 32,4 milhões, um número significativo. Segundo Oliveira (2014), O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no início de 2013, através do Censo Escolar do mesmo ano, aponta que as matrículas na EJA caíram em relação a 2012. No entanto, se analisarmos um período mais amplo,

veremos que em 2007 havia 4.985.338 alunos matriculados na EJA; enquanto em 2013, esse número foi de 3.772.670 alunos. Isso significa que, em seis anos, houve uma queda de 25% nas matrículas na EJA.

De acordo com estudos de Silva et al. (2011) são vários os motivos pelos quais os alunos apresentam dificuldades na leitura, escrita e na matemática. Não são apenas essas dificuldades que os alunos da EJA encontram na sala de aula. As principais dificuldades são: interesse pelo envolvimento com o estudo e cansaço pelo trabalho do dia-a-dia.

No ano de 2011, o governo federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), pela Lei 11.513/2011. Os objetivos desse programa estão evidenciados em: expandir, interiorizar e democratizar a proposta do ensino de jovens e adultos, profissional e tecnológica no país. Outra finalidade é auxiliar para que o ensino médio seja de qualidade. Além desses objetivos o PRONATEC tem a possibilidade de que os trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional obtenham oportunidades educacionais em grande escala (BRASIL, s.d.).

Foram publicadas 20 Metas do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. As metas de número 9 e 10 contemplam a Educação de Jovens e Adultos, de acordo com Oliveira (2014): a Meta 9 é composta por 12 estratégias e a Meta 10 é composta por 11 estratégias. As 12 estratégias da meta 9 objetivam a alfabetização do jovem e adulto em seu todo, ofertando facilidades e possibilidades para a efetivação dessas estratégias. As estratégias da meta 10 estão voltadas à formação profissional dos jovens e adultos (OLIVEIRA, 2014).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, antes da década de 30, era um país composto por indivíduos analfabetos, em sua maioria. No ano de 1934 houve interesses em que se alfabetizassem os brasileiros e os demais adultos residentes no país. Dessa época até o ano de 2015, muitos acontecimentos na área da EJA foram motivados por interesses políticos, com exceção da pedagogia de Paulo Freire que se interessava em ensinar os jovens e adultos a ler e escrever e a pensar suas ações em prol de suas autonomias.

Nesta segunda década do século XXI, muitos jovens e adultos que procuram a EJA estão interessados em aprender para depois escolher outro curso que lhes possibilite ingressar no mercado de trabalho, outros buscam apenas o certificado escolar para facilitar o ingresso no mercado de trabalho, e ainda há aqueles que desejam, através do certificado, promoções salariais.

Percebe-se que a EJA ainda não oferece atrativos culturais para “segurar” os jovens e adultos na escola, visto que esses indivíduos colocam a aprendizagem em último plano.

No ano de 2014, a presidenta Dilma Vana Rousseff, ao publicar o Plano Nacional de Educação, incluiu a nona e a décima Meta, as quais contemplam a EJA com vinte e três estratégias favoráveis à permanência dos jovens e adultos no estabelecimento escolar, de modo que estes, uma vez inseridos, sejam motivados a concluir seus estudos, além de inserir aqueles distantes da realidade escolar.

Atualmente, as matrículas nos Centros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos (CEEJAS), disponibilizados no Estado de São Paulo têm apresentado um novo recorde.

No ano de 2015 matricularam-se 19,3 mil alunos, sendo que no ano de 2011 o total de matriculados era de apenas 5.410. Pesquisas apontam que este aumento significativo decorre do interesse dos alunos em concluir os estudos com horários flexíveis.

Os alunos que frequentam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) participam do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) o qual avalia habilidades, competências e conhecimentos adquiridos. A participação nesse exame por alunos brasileiros e de brasileiros que moram no exterior, que não puderam por um motivo ou outro concluir seus estudos na idade esperada, acontece de forma voluntária e gratuita. Para os alunos que residem no país, este tipo de certificação atende somente a conclusão do Ensino Fundamental. No Ensino Médio, a certificação Ensino Médio – ENEM foi instituído a partir de 2009.

Há muitos obstáculos a serem superados pela Educação de Jovens e Adultos: - alunos com defasagem de aprendizagem e/ou indisciplinados, ou ainda com deficiência intelectual são incentivados a transferir-se para a EJA; - a heterogeneidade de faixas etárias em uma mesma sala de aula representa um desafio ao trabalho do professor; - o sistema de ensino da EJA encontra-se despreparado para receber alunos oriundos do sistema deficitário da Educação Básica regular; - deve haver o oferecimento de uma base curricular que atenda as necessidades e anseios dos alunos; - há dificuldade de identificação dos jovens com a modalidade de ensino, que se sentem muito velhos para continuarem nos sistemas regulares e muito novos para a EJA.

Sugestão para novos estudos: entender a necessidade da educação de qualidade aos jovens, neste momento político, em que a profissionalização apresenta-se fundamental para a inserção no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, s. d. O que é o PRONATEC? Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em: < <http://pronatec.mec.gov.br/institucional-90037/o-que-e-o-pronatec> >. Acesso em: 16 dez. 2015.
- BRANDÃO, C. R. **O Que É Método Paulo Freire**. Disponível em: < http://sitiodarosadosventos.com.br/livro/images/stories/anexos/oque_metodo_paulo_freire.pdf >. Acesso em: 5 nov. 2015.
- CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre. 7ª ed. Mediação, 2010.
- CRUZ, E.; GONÇALVES, M. R.; OLIVEIRA, M. R. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: políticas e práticas. Biblioteca. **Educação Pública**. 2012. Disponível em: < <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0326.html> >. Acesso em: 15 dez. 2015.
- GOMES, I. M. A Educação de Jovens e Adultos Na Atualidade: um desafio para o Brasil. (UFPA) 2004. Disponível em: < http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.5/GT5_1_2004.pdf >. Acesso em: 10 nov. 2015.
- HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Educação**. Maio/Jun./Jul./Ago. 2000. n. 14. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07> >. Acesso em: 5 nov. 2015.
- HADDAD, S. Por uma Nova Cultura na Educação de Jovens e Adultos, um Balanço de Experiências de Poder Local. **Ação Educativa GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas**. n.18. 2007. Disponível em: < <http://pt.scribd.com/doc/22041278/Capitulo-Novos-Caminhos-em-Educacao-de-Jovens-e-Adultos-EJA#scribd> >. Acesso em: 10 nov. 2015.
- MATIAS, M. B. **EJA-Educação de Jovens e Adultos: O Papel dos Gestores para a Permanência dos Alunos e suas Ações Motivadoras**. 2014. Disponível em: < <http://www.academia.edu> >. Acesso em: 5 nov. 2015.

MEC. Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. **Ministério de Educação e Cultura**, 1996. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> >. Acesso em: 5 nov. 2015.

OLIVEIRA, F. B. de. Educação de Jovens e Adultos. **Por que o número de alunos da EJA está caindo?** 2014. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/blogs/eja/2014/04/09/por-que-o-numero-de-alunos-da-eja-esta-caindo/> >. Acesso em: 12 nov. 2015.

OLIVEIRA, S. S. de (org.). **Plano Estadual de Educação e Plano Nacional de Educação**. Cuiabá/MT. Ago. 2014. Disponível em: < <http://www.seduc.mt.gov.br/SiteAssets/Paginas/Plano-Estadual-de-Educacao/PEE.pdf> >. Acesso em: 12 nov. 2015.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Loyola, 1983.

PEREIRA, M. C. **Educação de Jovens e Adultos: uma contribuição à discussão da proposta pedagógica da rede estadual de ensino**. 2008. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/983-4.pdf> >. Acesso em: 4 nov. 2015.

RIBEIRO, V. M. M. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento**. Coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; — São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001. 239p. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/primeirosegmento/propostacurricular.pdf> >. Acesso em: 3 nov. 2015.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602007000100004&script=sci_arttext >. Acesso em: 11 nov. 2015.

SAMPAIO, M. N. Educação de jovens e adultos: Uma história de complexidade e tensões. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista. v. 5, n. 7. p. 13-27. jul. dez. 2009. Disponível em: < <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/241/253> >. Acesso em: 10 nov. 2015.

SAUNER, N. F. M. **Alfabetização de Adultos**. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2002.

SILVA, G. R. **A Educação de Jovens e Adultos: Estudo das Motivações Mobilizadoras Determinantes da sua Permanência em Sala de Aula**. 31 jan. 2013. Disponível em: < <http://www.pedagogia.com.br/artigos/ejaestudo/index.php?pagina=0> >. Acesso em: 10 nov. 2015.

SILVA, M. J. B. **Políticas Públicas Educacionais para a Educação de Jovens e Adultos: um desafio constante**. 2011. VI EPEAL – VI Encontro de Pesquisa em Educação em Alagoas. I Encontro da Associação Nacional de Política e Administração em Educação – ANPAE-AL. Disponível em: < <http://epeal2011.dmd2.webfactional.com/media/anais/399.pdf> >. Acesso em: 10 nov. 2015.

SILVA, A. S. da; COSTA, D. M. V. da; ALMEIDA, R. C. de; MENDES, S. M. V.; COSTA, F. Motivos da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na unidade escolar Maria Modestina Bezerra, Teresina-PIaui. Disponível em: < <http://www.sbpnet.org.br/livro/63ra/resumos/resumos/3441.htm> >. Acesso em: 27 jun. 2016.

SOUZA, Mércia Cardoso De; SANTANA, Jacira Maria Augusto Moreira Pavão. O direito à educação no ordenamento constitucional brasileiro. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 74, mar. 2010. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7368 >. Acesso em: dez. 2015.

UNESCO (1998). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> >. Acesso em: 5 nov. 2015.

ZANETTI, M. A. (coord. geral). Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos. Documento elaborado pelo departamento de educação de jovens e adultos - secretaria de estado da educação; Governo do Estado do Paraná. **Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. Departamento de Educação de Jovens e Adultos. Deja. 1999. Disponível em: < <http://viviane.meistergamer.tripod.com/id3.html> >. Acesso em: 4 nov. 2015.

ZANETTI, M. A. **A Educação de jovens e adultos na empresa: um estudo de caso de uma empresa mecânica no Paraná que oferece escolarização para trabalhadores**. Curitiba, 1999. Disponível em: < <http://dSPACE.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/30078/R%20-%20D%20-%20MARI%A%20APARECIDA%20ZANETTI.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em: 4 nov. 2015.